

RECURSO ESPECIAL Nº 1.662.169 - PE (2017/0064218-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : LUIZ AFONSO DE SOUSA
ADVOGADO : JURANDIR PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - PB005334
RECORRIDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Luiz Afonso de Souza, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 415):

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES. PENSÃO POR MORTE A MAIOR INVÁLIDO. LEI N. 8.112/90. DEPENDÊNCIA PRESUMIDA. PRESUNÇÃO . ELEMENTOS *JURIS TANTUM* OBJETIVOS QUE AFASTAM A PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA. EMBARGOS PROVIDOS.

- A dependência econômica de que trata o art. 217, IV, "b", da Lei n. 8.112/90 (filho inválido como beneficiário de pensão) é presumida. Entretanto, essa presunção é e pode ser elidida por *juris tantum* prova contrária;
- Particular que já recebe aposentadoria por invalidez desde 1989, benefício que pressupõe incapacidade laborativa e não necessariamente para os atos da vida civil, a justificar concessão de pensão;
- Tratando-se de dependência presumida, ao completar 21 anos o embargado perdeu a condição de dependente, a teor do art. 222 da Lei n. 8.112/90, não se podendo concluir que a sua condição de invalidez posterior, por si só, o tenha devolvido à condição de dependência.
- Outro elemento objetivo a ser considerado, que afasta a presunção de dependência, é o próprio lapso temporal entre o óbito e a pretensão à pensão - quase vinte anos;
- Embargos infringentes a que se dá provimento.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ, fls. 236-239).

Alega o recorrente ofensa ao art. 217, IV, da Lei n. 8.112/1990, sob dois fundamentos.

O primeiro é o de que sua invalidez, anterior ao óbito do seu genitor, o torna dependente economicamente, porquanto recebe apenas a aposentadoria por invalidez no valor de 1 (um) salário mínimo, que é insuficiente para a manutenção de todos os seus gastos.

Por outro lado, afirma que o dispositivo legal em comento não prevê como requisito para a concessão da pensão ao filho maior inválido a comprovação da dependência econômica.

Superior Tribunal de Justiça

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 259-266), nas quais o Dnocs alega a incidência dos óbices previstos nas Súmulas 284/STF e 7/STJ. Já no mérito, argumenta que não houve violação da lei federal.

Parecer do Ministério Público Federal - MPF às e-STJ, fls. 281-284, pelo provimento do apelo extremo.

É o relatório.

O recurso merece provimento.

A Corte regional negou o direito à percepção do benefício previdenciário pelo recorrente, em síntese, por entender que o filho maior inválido deve comprovar a dependência econômica em relação ao instituidor da pensão.

Partindo dessa premissa, concluiu o órgão julgador que o autor não cumpriria o requisito da dependência econômica para o recebimento do benefício, por ser beneficiário da aposentadoria por invalidez e por ter demorado quase 20 (vinte) anos para pleitear a pensão.

Todavia, o entendimento adotado no acórdão impugnado destoa da atual jurisprudência desta Corte, que tem se posicionado no sentido de que o art. 217 da Lei n. 8.112/1990 não prevê a dependência econômica como requisito para recebimento de pensão por morte do filho inválido de qualquer idade.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR. INVALIDEZ. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO. CUMULAÇÃO DE PENSÃO COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE.

1. Na hipótese dos autos, extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento do Tribunal de origem não está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça.

2. *In casu*, é incontroverso que a parte recorrente é portadora de síndrome pós-poliomielite (CID 10:891), agravada por insuficiência respiratória, além de deambular com auxílio de muletas e utilizar respirador artificial, percebendo aposentadoria por invalidez no valor de R\$ 1.814,81 desde antes do falecimento de sua genitora, com quem convivia. Sobre tais fatos não há necessidade de reexame, afastando-se o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Nos termos do art. 217 da Lei 8.112/90, a prova de dependência econômica somente é exigível, nas pensões vitalícias, da mãe, do pai, da pessoa maior de 60 anos, ou da pessoa portadora de deficiência. Quanto às pensões temporárias, a prova da dependência é exigida restritivamente do irmão órfão ou da pessoa designada, em qualquer caso até 21 anos ou enquanto perdurar eventual invalidez.

4. Com efeito, a norma não exige a prova de dependência econômica do filho inválido em relação ao de cujus. Outrossim, o simples fato de a parte recorrente receber aposentadoria por invalidez não elide a presunção de dependência econômica da filha inválida no que se refere a sua genitora, mormente em se considerando que, por lógica mediana, o benefício de aposentadoria por invalidez de R\$1.814,81 é insuficiente para suprir as necessidades básicas da parte recorrente.

5. Conforme jurisprudência do STJ, a cumulação de pensão por morte com

Superior Tribunal de Justiça

aposentadoria por invalidez é possível, pois possuem naturezas distintas, com fatos geradores diversos.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1.766.807/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 17/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR. INVALIDEZ. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESCINDIBILIDADE. CUMULAÇÃO DE PENSÃO COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. A alegação genérica de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF.

2. O mandado de segurança é via inadequada a pretensão que demanda dilação probatória, cabendo ao impetrante instruir o writ com a documentação prévia necessária para aferição imediata de seu direito líquido e certo.

3. No caso dos autos, o Tribunal de origem reconheceu o direito líquido e certo do impetrante em cumular à pensão por morte de seu genitor com os proventos de aposentadoria por invalidez, visto que houve prova da condição de inválido. A revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Nos termos do art. 217 da Lei n. 8.112/90, a prova de dependência econômica somente é exigível, nas pensões vitalícias, da mãe, do pai, da pessoa maior de 60 anos, ou da pessoa portadora de deficiência. Quanto às pensões temporárias, a prova da dependência é exigida restritivamente do irmão órfão ou da pessoa designada, em qualquer caso até 21 anos ou enquanto perdurar eventual invalidez. Com efeito, a norma não exige a prova de dependência econômica do filho inválido em relação ao de cujos.

5. Conforme jurisprudência do STJ, a cumulação de pensão por morte com aposentadoria por invalidez é possível, pois possuem naturezas distintas, com fatos geradores diversos. Precedentes. Súmula 83/STJ.

Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp 1.440.855/PB, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/4/2014, DJe 14/4/2014)

Desse modo, sendo incontroversa a condição de invalidez do insurgente e a sua filiação com o instituidor da pensão, o recurso especial merece ser provido, por aplicação da Súmula 568 do STJ ao caso: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ressalte-se que não incide no caso o óbice previsto na Súmula 7/STJ, haja vista ser desnecessário perquirir acerca da dependência econômica do autor da ação.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para condenar o Dnocs a implementar o benefício da pensão temporária pleiteado pelo recorrente.

Condeno o recorrido ainda ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do requerimento administrativo, devendo as parcelas anteriores ao trânsito em julgado ser adimplidas por meio do rito previsto no art. 100 da Constituição Federal, c/c o art. 534 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

